

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2021

(Do Sr. RUBENS PEREIRA JÚNIOR e ALICE PORTUGAL)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para verificar junto ao Ministério da Educação (MEC) denúncias acerca de eventuais atos administrativos indevidos por parte gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep).

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 100, § 1º, combinado com o art. 60, I a III, e com o art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Ex^a que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de verificar junto ao Ministério da Educação (MEC) denúncias acerca de eventuais atos administrativos indevidos por parte gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), nos seguintes termos:

1. Exame sobre a regularidade e devida autorização de acesso de servidores e eventuais outras pessoas no Ambiente Físico Seguro Integrado (Afis) durante o processo de elaboração, escolha e confecção da edição 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Solicita-se



apurar se houve algum ingresso não permitido ou se houve alguma autorização indevidamente concedida por parte da alta gestão do Inep.

2. Apuração de denúncias publicadas nos meios de comunicação a respeito de outras eventuais interferências ou tentativas de interferência indevidas no processo de elaboração e de aplicação das provas do Enem 2021. Houve algum indício ou comprovada mudança indevida de itens de prova no processo de confecção do Enem 2021 e, eventualmente, de outras avaliações coordenadas pelo Inep?
3. Exame para verificar se houve eventual submissão das provas do Enem 2021 a pessoas externas ao Inep. Caso tenha havido qualquer ocorrência nesse sentido, solicitamos a verificação de quem teriam sido essas pessoas externas ao Inep, se essas pessoas foram oficialmente autorizadas, por quem teriam sido autorizadas e quando, e se esses presumíveis atos encontram guarida legal ou regulamentar no ordenamento jurídico pátrio vigente.
4. Conhecimento detalhado dos motivos que levaram mais de trinta servidores do Inep a colocarem à disposição seus cargos e funções poucos dias antes da realização do Enem 2021, para que seja possível, igualmente, avaliar o vínculo entre as alegações dos servidores em questão e fatos comprováveis e verificáveis no âmbito dos atos administrativos da alta gestão do Inep, também com o intuito de examinar se os referidos atos administrativos não incorreram em alguma arbitrariedade, ilegalidade ou desrespeito às normas regulamentares vigentes.
5. Tomar conhecimento das ações da alta gestão do Inep e do MEC em relação às alegações e denúncias efetuadas por



servidores do Inep e apurar se houve eventual desídia administrativa no que se refere às denúncias ou se as eventuais medidas administrativas decorrentes são condizentes com a legalidade e o disposto nas normas regulamentares vigentes.

JUSTIFICAÇÃO

A proximidade de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em sua edição 2021, trouxe à atenção pública a gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), no qual mais de trinta servidores solicitaram exoneração a pedido dos cargos comissionados dos quais ocupavam. A justificativa dos servidores que colocaram à disposição os seus cargos sugere possíveis atos de intimidação e instabilidade administrativa por parte da alta gestão do Inep, o que repercutiu fartamente nos meios de comunicação do país.

Conforme as reportagens, dois coordenadores gerais do Inep diretamente ligados ao Enem pediram demissão. Eduardo Carvalho, coordenador de Exames para Certificação, e Hélio Junior Rocha Moraes, coordenador da Logística da Aplicação. Ambos também tinham atribuições de fiscais de contratos. Outros 35 coordenadores do Inep colocaram à disposição os seus cargos e funções também, alegando “falta de comando técnico” no planejamento do Enem e do “clima de insegurança e medo” promovido pela atual gestão do Instituto.

Outras alegações envolveram supostas tentativas de interferência política por parte da direção do Inep na escolha e elaboração dos itens das provas do Enem. Registre-se ainda que o Presidente da República afirmou que as questões do Enem agora “começam a ter a cara do governo”.



Diante desse quadro, é preciso fiscalizar e buscar explicações para as referidas denúncias e alegações, razão pela qual apresentamos a presente Proposta de Fiscalização e Controle. Solicitamos apoio aos demais parlamentares para que esta PFC seja implementada e que a sociedade civil tenha os devidos esclarecimentos em relação aos questionamentos apresentados.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado **RUBENS PEREIRA JÚNIOR**

PCdoB-MA

Deputada **ALICE PORTUGAL**

PCdoB-BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218116181700>





Proposta de Fiscalização e Controle **(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)**

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para verificar junto ao Ministério da Educação (MEC) denúncias acerca de eventuais atos administrativos indevidos por parte gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep).

Assinaram eletronicamente o documento CD218116181700, nesta ordem:

- 1 Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)
- 2 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)

